

As dimensões sociais da pandemia de Covid-19 no contexto latino-americano

The social dimensions of the Covid-19 pandemic in the Latin American context

Marcia Grisotti

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0389-7100>
E-mail: marcia.grisotti@ufsc.br

Daniel Granada

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC Curitibanos), Brasil
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0193-5679>
E-mail: Daniel.granada@ufsc.br

Mariana Leoni Birriel

Universidade da República (UDELAR), Uruguay
E-mail: mariana.leoni@udelar.edu.uy



Pandemias ocorreram ao longo da história e ocasionaram profundas rupturas no sistema social. Somente no século XX, houve três surtos pandêmicos de gripe, cada um diferente no que se refere aos agentes etiológicos, epidemiológicos e grau de severidade da doença, sendo que duas delas (1957 e 1968, respectivamente) ocorreram dentro do período da moderna virologia (Kilbourne, 2006). A gripe de 1918-19, na qual ao menos 50 milhões de pessoas pereceram no mundo, resultou em poucos monumentos de memória e foi, de certa forma, esquecida pela coletividade das sociedades afetadas (Honigsbaum, 2020). Ainda assim, especialistas em doenças infecciosas emergentes, especialmente as de ori-

gem zoonótica, vem alertando há décadas sobre possíveis epidemias em escala global, a partir do transbordamento das fronteiras entre as espécies de hospedeiros, ou seja, sobre as formas como certos microrganismos, que infectam animais selvagens ou domésticos, conseguem se adaptar na espécie humana, causando doenças e mortes. No entanto, ainda existem pessoas que se surpreenderam com a emergência da pandemia de Covid-19.

No início do ano de 2020, fomos confrontados por uma doença infecciosa emergente, para a qual não havia tratamento, nem vacina, nem imunidade preexistente. Além disso, os processos de tomada de decisões estavam baseados em protocolos que mudavam conforme os contornos dinâmicos apresentados pela origem e distribuição do vírus (e da infecção) em diferentes indivíduos e grupos; em conhecimento científico ainda incipiente (apesar do intenso esforço de equipes internacionais de pesquisas), especialmente sobre o papel dos portadores assintomáticos; a relação entre infecção e imunidade; e sobre a especificidade e sensibilidade dos testes diagnósticos. Nesse contexto de incertezas, fomos forçados a alterar as rotinas e os laços sociais, através do distanciamento físico (erroneamente chamado de social) que permitiu a redução da velocidade de dispersão do vírus e, conseqüentemente, do número de pessoas que, simultaneamente, precisariam da estrutura hospitalar de alta complexidade para o tratamento dos sintomas graves (Grisotti, 2020).

A crise sanitária provocada pela disseminação da Covid-19 revelou, também, uma série de problemas decorrentes do comércio e da circulação rápida de mercadorias, pessoas, animais e microrganismos. Tais problemas impactaram profundamente, embora de forma diferenciada, as esferas globais, regionais e locais de gestão da pandemia, especialmente em relação às diretrizes de governança global em saúde estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a sua aplicação efetiva em todas essas esferas de gestão (Grisotti, 2016, 2020).

Com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde, muitos governos fomentaram a criação de protocolos, redes de cooperação internacionais, medidas de mitigação e de prevenção, dentre elas, o isolamento físico, fechamento de fronteiras, a instituição de quarentenas e o uso de máscaras – medidas essas já conhecidas de outros eventos epidêmicos. A novidade nesta pandemia, além das vacinas viabilizadas em curto tempo, foi a criação e difusão de modelos estatísticos de difusão logarítmica da doença, os chamados *dashboards*, caracterizados como ferramentas visuais para comunicar dados sobre a Covid-19, informar os tomadores de decisão (gestores) e incentivar as mudanças de comporta-

mento (Ivanković et al., 2021). Muito embora, é preciso dizer que, na década de 1840, William Farr, chefe de estatística do escritório de registro geral do Reino Unido, já havia começado a usar estatísticas para medir as variações na saúde da população e a ocorrência de epidemias (Honigsbaum, 2020). A diferença na pandemia de Covid-19 foi a velocidade com que estes modelos, estatísticas e informações foram disseminados, tanto oficialmente quanto pelas mídias sociais ao redor do mundo.

Contudo, a implementação destes dispositivos e protocolos de prevenção não foram homogêneos nos países afetados pela pandemia. Alguns países investiram maciçamente na testagem e rastreabilidade sistemática dos casos positivos, na busca rápida por equipamentos de proteção individual, na comunicação e adoção de medidas de prevenção não-medicamentosa e na pesquisa de vacinas, enquanto outros aderiram às diretrizes das instituições de saúde de forma desarticulada e, em determinados contextos, em oposição a elas, sustentadas por alegações conspiratórias e anticientíficas. Esta discrepância nos leva a refletir sobre o papel dos líderes políticos nos problemas de saúde global e sobre as formas de obtenção de aceitabilidade e consenso social em torno dos comportamentos e das práticas sociais de exposição aos riscos de contaminação. Os conflitos entre liberdade individual e saúde coletiva, por exemplo, fomentaram, em alguns países, um excesso de confiança na responsabilidade individual na pandemia em contraposição às abordagens centradas na comunidade, na medicina baseada em evidências e na coordenação interdependente com a OMS e outros países (Lindstrom, 2020).

Contextos de crise social, como a crise de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19, são marcados por incerteza, sofrimento e pânico, mas ao mesmo tempo são tempos que desafiam nossas visões e nos obrigam a “colocar na mesa” velhos problemas não resolvidos ou naturalizados. Contrariando o argumento segundo o qual a emergência da Covid-19, especialmente nos países latino-americanos, causou problemas sociais, defendemos que ela evidenciou e aumentou, de forma muito mais latente, os enormes problemas sociais e econômicos que já existiam antes da pandemia no contexto latino-americano. O peso das desigualdades sociais e a existência de muitos grupos vulneráveis tornam-se evidentes quando da adoção de medidas emergenciais de combate às epidemias. Afinal, como é oferecido o distanciamento “social” para grupos economicamente vulneráveis? Como viabilizar a higienização em locais sem infraestrutura de saneamento básico? (No Brasil, por exemplo, 48% da população não tem coleta de esgoto).

Os impactos econômicos e sociais da pandemia na América Latina, mesmo considerando as políticas emergenciais de distribuição de renda que tiveram, por consequência, a mitigação temporária de seus efeitos, não foram suficientemente eficazes para conter o avanço da disparidade de renda. O relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), intitulado Panorama Social da América Latina, estima que na região, entre 2020 e 2021, o número de pessoas que estava em situação de extrema pobreza aumentou em quase cinco milhões. A crise sanitária prolongada e ainda vigente, teria aumentado a taxa da população em extrema pobreza de 13,1% no ano de 2020 para 13,8% em 2021. Segundo o relatório, este número representa um retrocesso de 27 anos, o que significa que em números absolutos a população em extrema pobreza teria passado de 81 para 86 milhões de pessoas. Segundo o documento, outro efeito perverso, ocorrido entre 2019 e 2020, seria a deterioração do Coeficiente de Gini, utilizado internacionalmente para medir a distribuição de renda, que assinalou um aumento 0,7 pontos percentuais para a média regional no período, rompendo uma tendência decrescente registrada desde 2002 (CEPAL, 2022).

Trata-se de um evento que acelerou mudanças que, em tempos não pandêmicos, demorariam muito mais para acontecer, como é o caso das reuniões e aulas em plataformas *online*, com a consequente diminuição dos deslocamentos terrestres ou aéreos para determinada parcela da população. Enquanto outros, talvez uma grande maioria de pessoas, viram seus empregos ruírem, seus salários sendo consumidos pelo endividamento e por juros bancários extremamente elevados, o preço de combustíveis e produtos alimentícios aumentarem de forma notável, provocando a perda do poder de compra e agravando situações de extrema pobreza.

No início da pandemia houve debates sobre a adoção do ensino remoto e a resistência de muitos educadores que alegavam que a base da educação formal se estabelece através do contato e dos laços estabelecidos presencialmente. De fato, isto é inegável, porém, passados os dois anos da pandemia, as atividades *online* saíram fortalecidas, predizendo possíveis novos rumos para a educação formal. O que será mantido das atividades laborais e educacionais desenvolvidas de forma *online* durante a pandemia ainda é algo que precisa ser melhor avaliado, mas já há evidências que demonstram a sua intensificação.

Por outro lado, o relatório da UNESCO intitulado *COVID-19 e educação superior: dos efeitos imediatos ao dia seguinte; análises de impactos, respostas políticas e recomendações*, publicado em maio de 2020, alertou para as graves

dificuldades que deveriam ser enfrentadas nos diferentes níveis de ensino, listando entre elas a baixa conectividade e falta de acesso à internet, a falta de conteúdo *online* alinhado com os currículos nacionais, bem como a improvisação de professores que estavam despreparados para esta nova realidade. Estes elementos, pontua o relatório, poderiam provocar o agravamento das desigualdades no setor da educação na América Latina e no Caribe (UNESCO & IESALC, 2020).

Nesse sentido, o relatório da CEPAL demonstra que a região foi uma das que durante mais tempo viveu a interrupção das aulas presenciais. O relatório de 2021, aponta que na região houve em média cerca de 56 semanas de interrupção total e parcial das aulas presenciais, o que gerou lacunas no desenvolvimento de habilidades cognitivas, aumento do risco de evasão escolar e perda de oportunidades. O fechamento das instituições de ensino teria, ainda, aumentado a sobrecarga das mulheres com tarefas de cuidado (CEPAL, 2022).

As medidas de isolamento (ou a resistência a elas) são práticas com múltiplas variantes, dependendo de quem é isolado e onde, sua implantação enquanto estratégia de saúde pública coloca em evidência os múltiplos desafios e consequências sociais, que permeiam desde a experiência individual da pandemia, com as restrições de contato e circulação, até as relações entre os Estados-nações com o fechamento de fronteiras. Enquanto experiência individual e coletiva, a pandemia rompeu a segurança ontológica que, de forma mais ou menos contínua, nos garantia um cotidiano vivido com base em normas, rotinas e expectativas estáveis, sustentadas socialmente em nossas práticas sociais (Goffman, 2002). A percepção do risco da doença modificou, de diferentes formas, as relações de contato entre amigos e familiares, as relações de trabalho e lazer e seus impactos a longo prazo ainda precisam ser analisados, assim como as desigualdades sociais, refletiram-se nas disparidades em saúde, gerando efeitos perversos que ainda devem ser sentidos nos próximos anos. As consequências subjetivas e estruturais da pandemia podem ser entendidas enquanto mecanismos de desencaixe dos sistemas sociais, que segundo Giddens refere ao “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (1991, p. 29).

O estudo da emergência da pandemia e sua disseminação, relacionada às desigualdades sociais e às iniquidades em saúde, demonstram como questões sociais estão intimamente associadas com os desdobramentos da pandemia. Os profissionais de saúde também foram impactados de tal forma que se torna relevante refletir de que modo a formação acadêmica os prepara para trabalhar em

contextos de incertezas. Portanto, os estudos históricos e socioantropológicos são fundamentais para compreender as redes de interdependências entre o biológico e o social, para além da definição pragmática do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC/EUA), segundo o qual as doenças infecciosas emergentes são aquelas que apareceram recentemente em uma população ou aquelas que já existiam, mas que, por algum motivo, estão se espalhando mais rapidamente em termos de incidência ou distribuição geográfica (Lederberg et al., 1992).

Nesse contexto, as ciências sociais através de suas peculiares ferramentas teóricas e metodológicas, detêm a chave para desvendar as trajetórias humanas e os fatores negligenciados na gestão da pandemia. A organização Mundial da Saúde, em sua 75ª assembleia geral, realizada em maio de 2022, definiu como prioridade o investimento em pesquisas e parcerias com as *behavioral sciences* (ciências comportamentais), reiterando a necessidade de abordagens interdisciplinares nos estudos e na gestão de eventos que afetem a saúde global.

A Covid-19 (e seu vírus transmissor, Sars-Cov2) emergiu, pelo que se conhece até o momento, de um fator comportamental, portanto, pensar sobre medidas de prevenção e antecipação envolvem não apenas o avanço na produção de conhecimento científico sobre agentes patogênicos, vetores e reservatórios de doenças, realizada por especialistas da área da microbiologia, virologia etc., mas também o avanço nos estudos sobre as relações estabelecidas entre humanos e animais não humanos e as percepções e comportamentos de indivíduos e populações em relação ao processo saúde-doença. Em todas estas dimensões, destacamos a importância de novas formas de comunicação pública da ciência, que possam traduzir as incertezas do conhecimento científico e fomentar práticas baseadas em evidências, sem gerar pânico social.

Este dossiê procura abordar as dimensões socioculturais, políticas e econômicas da pandemia da Covid-19, nas sociedades latino-americanas, entendendo a doença tanto como um processo, como uma experiência, situadas localmente; as estratégias nacionais, regionais e locais mobilizadas para enfrentar os múltiplos desafios postos pela pandemia da Covid-19; as transformações na vida cotidiana de grupos sociais diversos (idosos, professores, profissionais de saúde, grupos étnicos, entre outros); as reflexões éticas sobre os direitos humanos e sobre as tensões entre a liberdade individual e a saúde pública, tanto no âmbito continental, quanto dentro das singularidades locais, no cenário de profunda desigualdade social e de crise política, econômica e institucional que os países da região atravessam.

Os artigos selecionados para este dossiê exploram algumas das dimensões acima mencionadas, começando com o artigo *As sociedades em risco e os múltiplos fatores que fragilizam as relações sociais em tempos de pandemia*, de Lina Faria, Luiz Antonio de Castro Santos e Rocio Elizabeth Chavez Alvarez, no qual os autores discutem os conceitos de vulnerabilidade e risco, problematizando seu emprego e ajustando seu alcance ao evento crítico da pandemia. Por meio da análise dos dados contidos em relatórios recentes de organizações internacionais, demonstram como a pandemia de Covid-19, agravou as desigualdades históricas e estruturais e aprofundou as incertezas com relação às necessidades humanas básicas, provocando o aumento de problemas relacionados com situações de violência e fragilizando ainda mais as condições de vida das populações em vulnerabilidade.

O contexto de vulnerabilidade associado à precarização das políticas sociais, agravado pela pandemia torna-se ainda mais chocante à luz das contribuições de Líria Maria Bettiol Lanza, Evelyn Secco Faquin, Eliezer Rodrigues dos Santos. No artigo *A proteção social e o trabalho em serviços no contexto pandêmico: a ofensiva aprofundada*, as autoras revisitam e discutem criticamente as políticas de proteção social no Brasil, advertindo aos leitores sobre a impossibilidade de “trazer boas notícias”. De fato, o quadro tanto histórico quanto contemporâneo, tratado com a competência de quem há anos se dedica ao debate, é bastante desolador, visto que, no momento em que a proteção social foi mais reivindicada no Brasil, o que se assistiu no contexto pandêmico foi o aprofundamento das crises históricas e multifacetadas do Estado brasileiro, escancarando as contradições de um sistema desigual e excludente no qual a desvalorização e a “desproteção” do trabalho provocam a ampliação das demandas por políticas sociais, face a um governo que insiste em ignorar esta realidade.

Denise Martin Coviello, Silvia Viodres, Cássio Silveira, colocam em relevo tanto o debate teórico quanto o efeito das políticas de proteção social e atenção à saúde no contexto de uma população vulnerável, em função de sua própria condição. Através de entrevistas (*online*) junto aos trabalhadores de saúde de um serviço de Atenção Primária em Saúde, o artigo *Atenção em saúde para migrantes internacionais em São Paulo, Brasil: Acesso e universalidade no contexto da pandemia de Covid-19*, discute os problemas enfrentados por migrantes internacionais no acesso aos serviços de saúde na maior metrópole Sul Americana. Questões recorrentes na literatura sobre saúde e migrações como dificuldade do domínio da língua, desconhecimento do funcionamento dos serviços, situações de dis-

criminação e preconceito, acabaram sendo potencializadas pela pandemia, apesar dos esforços empreendidos pelos profissionais no sentido de mitigar estes problemas, em um contexto de sobrecarga dos serviços e imposições de mudanças no ritmo de trabalho.

O artigo *Youth employment in Argentina: First effect of the pandemic*, de Federico Favata, Julián Leone, Jorge Lo Cascio analisa os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o emprego e renda da população jovem em conglomerados urbanos da Argentina. Através da análise e comparação dos dados do período anterior e durante a pandemia, os autores constataam que o emprego juvenil apresenta um padrão de vulnerabilidade, com maiores taxas de desemprego, trabalho precário e informal em comparação com a população adulta, decorrente da persistente volatilidade macroeconômica do país existentes anteriormente e agravada pelas medidas como o *lockdown* que impactou desproporcionalmente os jovens trabalhadores, com destaque para as trabalhadoras femininas.

A contribuição de Larissa Zancan Rodrigues e Isaura Wayhs Ferrari neste dossiê oferece outra perspectiva esclarecedora sobre as tentativas institucionais de difusão da informação durante a pandemia. O artigo *Discursos educativos mobilizados na comunicação com a população na cidade de Florianópolis/SC durante a pandemia de Covid-19* analisa os conteúdos educativos disponibilizados para a população da cidade durante o período da pandemia. As autoras demonstram que, apesar da existência já bastante conhecida de perspectivas educativas emancipadoras em educação em saúde, a comunicação escolhida pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde centraram-se no detalhamento da logística e calendário de vacinação. Na perspectiva das autoras, ocorreram falhas na busca por desenvolver uma participação pública mais ativa, considerando uma informação institucional que poderia ser voltada ao desenvolvimento do senso de responsabilidade dos moradores, em benefício de sua própria saúde e de sua comunidade. Segundo as autoras, uma proposta de ampliação da participação pública através da adoção de estratégias em saúde emancipatórias poderia ter contribuído para minimizar alguns dos efeitos nocivos da pandemia.

Com as lentes do contexto mexicano, Carlos Manuel Rodríguez Arechavaleta nos convida a refletir sobre a dimensão coletiva e os desafios com os quais a sociedade civil se depara ao vivenciar a pandemia de Covid-19 em contextos institucionalmente debilitados. Reconhecendo que o contexto pandêmico se apresenta enquanto uma disrupção nas práticas cotidianas dos indivíduos, afetando as formas previamente estabelecidas nos relacionamentos interpessoais, o artigo

intitulado *Matices del entorno pandémico: covidianidad, polarización y vulnerabilidad social* discute o impacto da pandemia na cotidianidade da vida social em contextos de vulnerabilidade social e déficits institucionais. O autor diferencia entre as dimensões estruturais e comunicativas de impacto da pandemia, reconhecendo deste modo os desafios organizativos e relativos às estratégias de comunicação como elementos centrais para desenvolver ações que promovam maiores condições de equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). (2022). *Social Panorama of Latin America, 2021*. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47719/1/S2100654_en.pdf
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (Trad. Raul Fiker, 2ª ed.). UNESP.
- Goffman, E. (2002). *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes.
- Grisotti, M. (2016). Governança em saúde global no contexto das doenças infecciosas emergentes, Dossiê: Estado e sociedade em tempos de transnacionalismo. *Civitas*, 16(3), 377–398. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23418>
- Grisotti, M. (2020). Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v.30(2). <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300202>
- Honigsbaum, M. (2020). Revisiting the 1957 and 1968 influenza pandemics. *The Lancet*, (395), 1824–1826. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31201-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31201-0)
- Ivanković, D., Barbazza, E., Bos, V., Fernandes, O. B., Gilmore, K. J., Jansen, T., Larrain, N., Lu, S., Meza-Torres, B., Mulyanto, J., Poldrugovac, M., Rotar, A., Wang, S., Willmington, C., Yng, Y., Yelgezekova, Z., Allin, S., Klazinga, N., & Kringos, D. (2021). Features constituting actionable Covid-19 dashboards: Descriptive assessment and expert appraisal of 158 public web-based covid-19 dashboards. *Journal of Medical Internet Research*, 23(2). <https://doi.org/10.2196/25682>
- Kilbourne, E. D. (2006). Influenza pandemics of the 20th century. *Emerging Infectious Diseases*, 12(1), 9–14. <https://doi.org/10.3201/eid1201.051254>
- Lederberg, J., Shope, R. E., & Oaks, S. C. (eds.). (1992). *Emerging infections: Microbial threats to health in the United States*. The National Academy Press.

Lindstrom, M. (2020). The Covid-19 pandemic and the Swedish strategy: Epidemiology and post-modernism. *SSM - Population Health*, (11). <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2020.100643>

UNESCO & IESALC. (2020). *COVID-19 y educación superior: De los efectos inmediatos al día después; análisis de impactos, respuestas políticas y recomendaciones*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374886>